

FORÇAS ARMADAS E AMAZÔNIA NA CONJUNTURA POLÍTICA ATUAL*

Kátia Marly Mendonça BARRETO
Departamento de Ciências So-
cio-Políticas da UFPA.

RESUMO: Análise do papel político dos militares no início dos anos noventa e, nesse contexto, estudo das formulações ideológicas da Escola Superior de Guerra (ESG) para a Amazônia.

PALAVRAS-CHAVE: intervenção militar, desemprego estrutural, inimigo interno.

ARMED FORCES AND BRASILIAN AMAZON IN THE ACTUAL POLITICAL CONJUNCTURE

ABSTRACT: Analysis of the political part of the military in Brazil in the start of ninety years and, in the context, study of the ideological formulations of ESG for Amazonian region.

KEY WORDS: military intervention, unemployment estrutural, internal enemy.

1 INTRODUÇÃO

A chamada Nova República manteve, tanto do ponto de vista constitucional quanto real, a tutela e capacidade de intervenção dos militares no processo político. Hoje, decorridos quatro meses da posse do novo Presidente da República, primeiro eleito diretamente em aproximadamente trinta anos, algumas questões se fazem presentes, entre elas: qual o papel dos militares hoje, no Brasil? Quais os limites e

* Trabalho apresentado no XIV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), realizado em Caxambu, Minas Gerais, de 22 a 26 de outubro de 1990. Grupo Temático "Forças Armadas, Estado e Sociedade".

possibilidades da institucionalização de um regime democrático no país? Qual a posição do Governo Colômbor em relação à questão militar?

Esses primeiros meses de governo deixam claro não ser fácil a resposta a cada uma dessas interrogações. Entretanto, há duas entre elas, que gostaríamos de destacar neste trabalho: Como se configurava, hoje, a situação político-organizacional das Forças Armadas diante de todas as pressões exercidas por fatos políticos novos a nível externo e interno e, em plano mais restrito mas não menos importante, qual a relação entre essa questão e a concepção militar sobre a Amazônia, inclusive no que se refere ao Projeto Calha Norte?

O presente trabalho retoma algumas variáveis que foram para nós objeto de reflexão com relação ao Projeto Calha Norte, porém gostaríamos de abordar preliminarmente a questão da atuação política dos militares na conjuntura atual, destacando que este trabalho destina-se, não a propor idéias acabadas, mas contribuir para a reflexão e discussão sobre o tema que envolve a atuação política das Forças Armadas no Brasil.

2 A INTERVENÇÃO E A TUTELA MILITARES

A ação política dos militares no Brasil ocorre de maneira pendular, dentro de um esquema construído historicamente entre práticas tutelares e práticas diretivas (ou interventoras propriamente ditas). Porém esse caráter intervencionista não assume a nosso ver feição moderadora, como propõe STEPAN (1975), mas constrói-se historicamente a partir do processo de colonização portuguesa que transmite para o Brasil uma estrutura de dominação política

de caráter patrimonial, ou melhor, patrimonial-burocrático como destacou FAORO (1979), estrutura essa que associada a uma permanente crise de hegemonia irá propiciar a intervenção dos militares na política.

Tal aspecto da relação entre Forças Armadas, Estado e Sociedade no Brasil, não acreditamos poder ser explicado tão somente a partir de uma visão tautológica do tipo "os militares detêm a hegemonia política porque os civis não conseguiram construir a sua hegemonia" ou "a força política dos militares reside na fraqueza da sociedade civil". Tais afirmações não são suficientes para explicar a predominância militar na gestão do Estado e o caráter intervencionista das Forças Armadas, e conduzem ao equívoco de que basta submeter o aparelho militar ao controle civil para que a democracia se institucionalize no país.

A questão não nos parece tão simples assim. Ninguém nega que a subordinação dos militares aos civis é fator necessário para a consolidação do regime democrático, porém não cremos que isso seja suficiente, assim como não o é a desmilitarização do Estado - mandar os militares de volta à caserna, onde nunca estiveram, não significa que tenhamos uma sociedade onde a representatividade se sobreponha ao centralismo e autoritarismo estatais.

O problema da não-institucionalização de práticas democráticas no Brasil e o papel dos militares nisso nos remete à questão da estrutura política do país a qual resulta de uma combinação perversa de crise de hegemonia com patrimonialismo-burocrático que irá influenciar profundamente e mesmo moldar a cultura política do país.

Nessa estrutura, as classes dependem do Estado que, encarnando a figura do Príncipe, tutela, co-

manda, empresaria, investe, regula etc., a vida da Nação. Porém, como observou **FAORO** (1979), não se une a ela e sim cada vez mais se distancia, abrindo um profundo fosso configurado na permanente exclusão das classes subalternas por um lado, e na articulação de interesses com as classes economicamente dominantes, por outro lado; tudo isso comandado pela burocracia civil-militar que adquire grande autonomia nesse processo.

O que vale destacar é que esta forma de gestão política irá impregnar a cultura política das elites e das instituições e, no caso das Forças Armadas, moldar os seus objetivos que, em última instância, são voltados para a garantia em termos gerais do Estado capitalista.

Porém, não obstante a feição capitalista do Estado, não vemos os militares como instrumento da classe burguesa, nem tampouco como uma organização totalmente autônoma e com primado absoluto sobre a sociedade. O jogo do poder apresenta-se de maneira mais complexa, articulando interesses de classes, interesses corporativos da organização militar e condições históricas de dominação.

O aparelho militar se fortaleceu e se ampliou de tal maneira no Brasil, que consideramos que o móvel imediato de grande parte das ações militares hoje se orienta para a manutenção de privilégios e honra social específica, ou seja, interesses estamentais.

Nessa conjuntura, os militares, que lograram alcançar nesses últimos anos larga autonomia e hegemonia dentro do aparelho de Estado, vêem, por vezes, ameaçada essa situação, como parece ocorrer hoje, quando o processo de redemocratização e o fortalecimento das organizações da sociedade civil e do próprio ramo civil da tecnocracia estatal

ameaçam seu espaço.

A estrutura política patrimonial-burocrática, associada à crise permanente de hegemonia institucionalizou, ou seja, fez reconhecidas pela sociedade, em bases relativamente estáveis, não apenas a própria organização militar enquanto ator político privilegiado, mas também algumas práticas políticas características das elites desse país.

Dentre estas, temos, em primeiro lugar, a gestão dos negócios públicos, como se privados fossem. Essa característica, essencial ao patrimonialismo, envolve com ela todo um conjunto de procedimentos que se disseminam do Estado à sociedade civil, tais como corrupção, nepotismo, clientelismo, cartorialismo etc., naquilo que **FERREIRA** (1986) englobou na chamada "teoria da coisa nossa".

Em segundo lugar, foi institucionalizada a intervenção dos militares na política, seja em seu aspecto tutelar, seja em seu aspecto dirigente, inclusive para garantir as práticas patrimoniais acima descritas, sempre com o apoio e mesmo solicitação das elites civis.

Em terceiro lugar, as Forças Armadas tiveram privilegiado o seu papel de ator político importante e dotado de grande autonomia, definindo-se, como bem destacou **DE GÓES** (1988), mais como vanguarda do que como braço armado do Estado, se autoconcebendo como responsável, inclusive, pela definição de um Projeto Nacional para o país.

Por último, e em decorrência do acima descrito, as Forças Armadas passaram a deter a capacidade de interferir em todos os setores da vida nacional - na educação, saúde, tecnologia, ecologia etc., ampliando, assim, consideravelmente, os seus objetivos e, por conseguinte, o seu poder e raio de ação política, num processo de crescente militari-

zação da sociedade.

A questão da institucionalização de práticas políticas nos remete a outras de teor organizacional acerca desses atores privilegiados que são os militares e que cabe aqui serem retomadas: a Constituição de 1988 manteve não somente a autonomia e capacidade legais de intervenção das Forças Armadas, mas também o caráter policial presente nos objetivos formais da organização. Subjacente a estes, temos objetivos reais que têm por escopo a manutenção do **status quo** tanto da organização como das classes dominantes, através da tutela sobre a sociedade, onde, em uma visão positivista da política, a ordem deve sobrepujar a diversidade típica dos regimes democráticos.

Ora, a institucionalização desses objetivos não se dá apenas a partir da vontade unilateral dos militares, mas também a partir de um espaço forjado por setores da sociedade civil que legitimam tanto os aspectos formais como reais da organização militar, tanto seu caráter policial como intervencionista, recorrendo a ela quando vêm ameaçados os seus interesses.

A questão do papel intervencionista das Forças Armadas está imbricada à questão do **desemprego estrutural** dos militares que, para COELHO (1985), no Brasil, surge após a Guerra do Paraguai e se define pelo fato de as Forças Armadas, dentro do papel clássico de defesa externa, não terem utilização a curto prazo, dada a possibilidade historicamente remota de ataque externo ao país.

O desemprego estrutural surge, portanto, como possibilidade explicativa do fato de os militares voltarem-se para a defesa e segurança internas, o que irá, obviamente influenciar a identidade intervencionista das Forças Armadas, fato esse destacado

por GÓES MONTEIRO (s.d) na década de 30 e, até então, mantendo sua atualidade:

"A Força Armada, em sua vocação de mantenedora da ordem interna e da unidade da Pátria, no momento, teria logicamente que se preocupar mais com este aspecto de sua missão do que com a idéia da possibilidade de uma luta externa, hipótese admissível, embora permaneça o estado de paz em que vivemos com todas as nações da América". (GÓES MONTEIRO, s.d, p. 109)

Logo, segundo a teoria do desemprego estrutural, a necessidade estratégica de sobrevivência organizacional em um quadro de ausência de ameaças externas concretas, conduz os militares a voltarem-se para a segurança interna.

Entretanto, é importante ressaltar que o desemprego estrutural por si só não explica o caráter intervencionista dos militares no Brasil. Afinal, os exércitos de várias nações democráticas vivem, por assim dizer, em prolongados estados de desemprego estrutural, já que seus países não vivem sob permanente ameaça de ataques externos. Há de se acrescentar a esse fator explicativo outros de ordem política, ideológica e de organização interna às Forças Armadas.

Contudo, não obstante a validade do conceito de desemprego estrutural para a análise da intervenção dos militares na política, gostaríamos de acrescentar que no Brasil essa questão, na conjuntura política atual, ocorre não apenas em razão da ausência de inimigos externos, mas também da necessidade de redefinir os **inimigos internos**. Para uma organização que moldou seu comportamento na tutela/intervenção política, parece-nos estar ocorrendo dificuldades para absorver as mudanças no papel político, exigidas pela democracia.

Isso, nos parece, conduz os militares a buscar

novos inimigos, tanto no plano ideológico como no plano real. Esses, nas novas relações de força vigentes a nível internacional e nacional, já não podem ser simplesmente "subversivos de esquerda" ou "comunistas". A estes são agregados novos inimigos: aqueles que real ou potencialmente coloquem em risco os objetivos traçados pelo Projeto Nacional dos militares, conforme especificaremos mais adiante.

Essa reconfiguração do inimigo interno faz-se segundo dois critérios: por um lado, a caracterização do inimigo obedece os novos objetivos estabelecidos pela organização militar e, por outro lado, ocorre um deslocamento geopolítico com a incorporação também daqueles situados em países pertencentes à zona de influência norte-americana.

Ocorre, assim, aquilo que **JOSEPH COMBLIN** destacou em sua já clássica análise da Doutrina de Segurança Nacional, a qual

"desfaz a distinção entre política externa e política interna. O inimigo, o mesmo inimigo, está ao mesmo tempo dentro e fora do país; o problema, portanto, é o mesmo. Dependendo das circunstâncias, os mesmos meios podem ser empregados tanto para os inimigos externos quanto para os internos. Desaparece a diferença entre polícia e exército: seus problemas são os mesmos". (COMBLIN, 1980, p.56).

Tudo isso ocorre sem prejuízo para a estrutura de dominação política, a qual é exercida por uma elite composta por políticos, burocratas e empresários atuando através do Estado no sentido de apropriação/regulação das atividades econômicas do país, o que irá exigir a manutenção da ordem institucionalizada e dos valores disseminados pela sociedade, a serviço dos "donos do poder". Para tanto, será fundamental o apoio militar, que, nesse caso, não se faz apenas a favor de uma classe, mas de uma estrutura de dominação onde os militares têm garantidas

sua autonomia e capacidade de intervenção no processo político.

Isso conduz à institucionalização do que chamamos de **messianismo organizacional**, que consiste na crença por parte de setores da sociedade e de membros das Forças Armadas de que estes, pelo fato de serem militares, têm competência para dirigir e/ou salvar o país. O messianismo organizacional das Forças Armadas no Brasil irá encontrar seu fundamento ideológico nas formulações do Gen. **GÓES MONTEIRO**, que considerava o Exército como:

"um órgão essencialmente político e a ele interessa fundamentalmente, sob todos os aspectos, a política verdadeiramente nacional, de que emana, até certo ponto, a doutrina e o potencial da guerra. A política geral, a política econômica, a política industrial e agrícola, o sistema de comunicações a política internacional, todos os ramos de atividade da produção e da existência coletiva, inclusive a instrução e a educação do povo - enfim, tudo." (GÓES MONTEIRO, s.d).

O que revela não somente a autopercepção dos militares como aptos para resolverem todos os problemas nacionais, mas também uma estratégia de diversificação de objetivos e militarização da sociedade, já que tudo passa a ser de interesse e passível de decisão por parte das Forças Armadas.

Esta concepção, que justifica ideologicamente a intervenção militar, forjou espaço para uma eficiente militarização dos diversos setores da sociedade, processo esse que, ampliado e aprofundado com o regime militar pós-64, deu margem a uma verdadeira expansão e diversificação dos objetivos organizacionais das três armas, fortalecendo assim a instituição militar.

3 A CONJUNTURA ATUAL: O GOVERNO COLLOR

Quais os efeitos das principais mudanças recentes, ocorridas no quadro político nacional e internacional, sobre as Forças Armadas no Brasil?

Em primeiro lugar, temos, a nível internacional, as mudanças políticas profundas ocorridas nos países do leste europeu que, ao redefinirem a questão das alianças militares OTAN e Pacto de Varsóvia e as zonas de influência dos EUA e da URSS, colocam em xeque as doutrinas militares fundadas na Guerra Fria, o que **poderá** (mas não necessariamente deverá) provocar impacto, no caso do Brasil, na Doutrina de Segurança Nacional e na própria produção ideológica da ESG.

Os limites dessas mudanças serão ditados, provavelmente, pela manutenção ou não do país na periferia capitalista, com desigualdades sociais profundas e elites patrimoniais, condições estas que propiciam não apenas a manutenção do discurso marxista-leninista por parte da esquerda, como também do binômio segurança/desenvolvimento pelos militares e da questão do "inimigo interno", um dos pilares da Doutrina de Segurança Nacional.

Contudo, caso as mudanças políticas mundiais consigam imprimir modificações profundas no plano interno, será possível que o problema do desemprego estrutural das Forças Armadas no Brasil tenda a agravar-se. Até aqui, o que se tem observado por parte das Forças Armadas é mais um processo de **ampliação** dos seus objetivos do que sua **substituição**, o que será determinado pelas relações de forças políticas presentes. Entretanto, devemos ter cautela e observar a feição que esses novos objetivos adquirem (combate ao narcotráfico, às queimadas na Amazônia etc.).

As mudanças a nível internacional não garantem, de modo algum, que com o fim da Guerra Fria o caráter intervencionista dos militares no Brasil seja eliminado a médio prazo. Tal alteração, além do reordenamento na estrutura econômica e política acima sugerido, envolve profundas modificações na estrutura organizacional das Forças Armadas, além daquelas de caráter pedagógico, com a formação de novos profissionais fora do âmbito da Doutrina de Segurança Nacional. Esta se configura no elemento fundamental que, a nível intelectual-moral, molda e moldou gerações de militares. Só o seu fim poderá fornecer bases ideológicas para prováveis mudanças na ação política dos militares.

Do ponto de vista interno, a mais importante alteração política para as Forças Armadas se deu com a extinção do Serviço Nacional de Informações (SNI) e da Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (SADEN) (ex-Conselho de Segurança Nacional - CSN), com a retirada de **status** ministerial desses órgãos, sua incorporação ao serviço de assessoria presidencial e alteração dos objetivos principais da hoje Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE). Além disso, a escolha dos ministros militares não obedeceu aos critérios de antiguidade previstos pela hierarquia castrense: foram escolhidos aqueles que não tiveram envolvimento com a repressão e a chamada "comunidade de informações" durante o regime militar e o governo Sarney¹.

Com a extinção do SNI e a criação da SAE e entrega de suas principais chefias a civis, surgiram resistências nos membros da "comunidade de infor-

¹ Claro exemplo disso é o caso do Gen. Gilberto Lima, no topo da lista dos ministeriáveis e, que, por seu envolvimento com o episódio de Volta Redonda de 1988, foi preterido.

mações". Segundo o divulgado pela imprensa², a SAE pretende imprimir uma reorientação política nas atividades de informação, despojando-as da função poli-cialesca interna e privilegiando o assessoramento estratégico em questões tais como a dívida externa, tecnologia de ponta etc. Obedecendo a essa orientação, dos três departamentos componentes da SAE, os dois mais importantes para o atingimento dos objetivos acima foram confiados a civis: Departamento de Inteligência e Departamento de Macroestratégia.

O antigo CSN era, segundo um dos ministros militares atuais, em depoimento reservado à imprensa, a instância que de fato detinha o poder e não o SNI como muitos supunham: "o ministro do Exército teve, na nossa história republicana, sempre um papel de enorme destaque. Mas eu duvido que ele mandasse tanto quanto os coronéis e tenentes-coronéis empregados lá na SADEN"³. Essa, agora, foi reduzida a um Departamento, o único com chefia militar, tendo suas atribuições divididas com o Departamento de Macroestratégia e redução em seu quadro de 350 para 51 funcionários.

Entretanto, apesar das iniciativas de desmilitarização do Poder Executivo e do afastamento dos membros ligados à "comunidade", ainda não se apresentaram alterações profundas na estrutura dos três ramos das Forças Armadas, como é o caso do Exército, onde boa parte da oficialidade passou pelo serviço de informações, como demonstra a estrutura do Alto-Comando, onde, dos 14 Generais de Exército dele componentes, aproximadamente 40% passaram pelo serviço de informações, inclusive o próprio Chefe do Estado Maior do Exército, Gen. Antonio Joaquim

2 O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 14 mar. 1990

3 O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 29 abr. 1990

Moreira⁴.

Ressalte-se ainda o fato de que foram mantidos intactos os serviços de informações dos três ramos das Forças Armadas, indenes, inclusive, ao alcance da Constituição e também foi criada uma estrutura de informações autônomas no Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) que atuará paralelamente à Secretaria de Assuntos Estratégicos, porém, sem interferência civil⁵.

A criação da SAE não tem provocado resistências na "comunidade de informações" apenas pelo fato de sua chefia ter sido conferida a um civil, mas principalmente pela reestruturação organizacional que atingiu diretamente os privilégios daquele subestamento militar.

Estes são alguns dados que parecem indicar que as Forças Armadas mantêm a sua autonomia, portanto, com capacidade para ações políticas de caráter intervencionista e que também a "comunidade de informações" deixa uma vasta rede de solidariedade montada, como ficou evidente no episódio envolvendo o Comandante Militar do Leste, Gen. Braga, ligado ao grupo do Gen. Sílvio Frota, e os Generais de Reserva Euclides Figueiredo e Newton Cruz, que protestaram contra a marginalização imposta aos membros dos serviços de informações⁶. Cabe destacar que naquela ocasião o discurso de protesto do Gen. Braga foi lido com antecedência e aprovado pelo ex-ministro do Exército Gen. Leônidas Pires, o que indica que o pronunciamento de Braga não foi um fato isolado como querem alguns, mas que encontra apoio e ressonância dentro da corporação.

Parcialmente desalojados do poder, os milita-

4 Isto É Senhor. São Paulo, 16 maio 90

5 Ibid.

6 Veja. São Paulo, 16 maio 90

res vinculados à repressão e serviços de informações voltam suas articulações políticas para outro **locus**, desta vez o Clube Militar, cujas eleições, em maio de 1990, deram vitória ao Gen. Newton Cerqueira, com 51,31% dos votos contra 47,73% dos obtidos pelo Gen. Diogo Figueiredo. Deve-se destacar o elevado índice de abstenção de aproximadamente 90%, que revela o quanto o Clube foi desmobilizado durante o regime militar⁷. Essa instituição que assume papéis diversos, mas não totalmente excludentes, de grupo de pressão, sindicato, **locus** de debate e conspiração e associação recreativa-beneficiente, em momentos de liberação política, normalmente é utilizada por grupos militares para influir indireta e oficialmente no processo político, adquirindo relativa autonomia em relação ao aparelho de Estado. Entretanto, e a história já o demonstrou, quando ocorre um retrocesso político em que as Forças Armadas assumem diretamente o poder como no período pós-64, o Clube Militar sofre com mais intensidade o controle e a repressão da alta hierarquia militar (BARRETO, 1988).

Um aspecto importante do Clube Militar é que ele é envolvido pelo mesmo carisma institucional que envolve as Forças Armadas, o que se revela principalmente pelo tratamento especial concedido, pela imprensa, às suas eleições ou pronunciamento dos seus presidentes, transformando-o num verdadeiro "barômetro do pensamento da oficialidade" para utilizar uma expressão de PEIXOTO (1980), processo esse ocorrido novamente em 1990.

Apesar do alto índice de abstenção, que revela o baixo grau de engajamento da oficialidade no Clube, os votos conferidos ao Gen. Cerqueira (que, assim como o Gen. Diogo Figueiredo, faz parte dos

⁷ Dados fornecidos via telefone pela Secretaria do Clube Militar.

que defendem a tutela militar sobre a sociedade civil) provêm, segundo os serviços de informações militares, em sua maior parte, dos membros da "comunidade de informações" que deseja o Clube envolvido em pronunciamentos e ações em sua defesa.

O Gen. Diogo Figueiredo condena qualquer ação atentatória aos princípios de hierarquia e disciplina, opondo-se ao Gen. Cerqueira que defende um Clube atuando como sindicato do estamento militar, procurando com isso engajar a jovem oficialidade àquela associação⁸. Deve-se observar até que ponto as ações do Clube conseguirão abrir espaços no poder, angariar apoios para membros ligados aos serviços de informações e à repressão, e com isso ampliar o foco de resistências à desmilitarização do Estado.

Em síntese, o governo adotou medidas importantes para reduzir a influência militar no aparelho de Estado, alternando canais de poder importantes como **SNI** e **SADEN**, esvaziando politicamente a Chefia do Gabinete Militar e alterando critérios de escolha dos ministros. Medidas essas importantes para quebrar a hegemonia militar dentro do Estado, porém não suficientes, por dois motivos: em primeiro lugar, o governo apresenta até agora uma frágil base de apoio parlamentar, o que, em se mantendo, reforça a dependência do mesmo em relação à tutela militar.

Em segundo lugar, a estrutura de domínio burocrático-patrimonial não foi alterada, o que nos remete ao já citado problema de práticas políticas institucionalizadas de tal modo que impedem a construção de "novas hegemonias" para utilizar uma expressão de CAVAGNARI (1986).

Isso conduz o governo - ao mesmo tempo em que

⁸ FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 15 maio 1990.

quebra algumas estruturas - a reforçar alguns mecanismos simbólicos de poder, como visitas aos três ramos das Forças Armadas, utilização de seus equipamentos, visita à ESG etc., e também manter de reserva alguns "bolsões" do poder militar como é o caso do Projeto Calha Norte, até aqui intocado.

Esses são aspectos que não podem deixar de ser considerados, acreditamos, como indicadores da manutenção, não propriamente da tutela, mas da capacidade de intervenção das Forças Armadas no processo político.

4 OS MILITARES, A AMAZÔNIA E O PROJETO CALHA NORTE

Dentro da conjuntura política nacional e internacional aqui brevemente expostas, voltamos para a questão das alternativas de exercício profissional para os militares no Brasil. E é dentro dessas alternativas que o Projeto Calha Norte se apresenta.

Produto da tutela militar presente na "Nova República", o Projeto Calha Norte teve as seguintes condições presentes em sua elaboração:

a) foi elaborado a partir de decisão do Conselho de Segurança Nacional, sem qualquer participação das instituições representativas da sociedade civil. O governo atual ao mantê-lo parece, na prática, referendar a forma e o conteúdo de decisão tomada anteriormente;

b) sua formulação foi cercada de total sigilo, não apenas para manter a autonomia das Forças Armadas, mas também a do próprio CSN, com a justificativa de tratar-se de assunto de segurança interna do país.

A preocupação com a região amazônica é antiga

no seio das Forças Armadas. No Projeto Calha Norte (PCN) o ufanismo de projetos como a Transamazônica e a Perimetral Norte é substituído por uma visão menos arrojada e mais pragmática, na linha do que o Gen. Golbery do Couto e Silva denominava de "integrar para não entregar".

O PCN apresenta os seguintes objetivos formais: "integrar a Amazônia no contexto nacional, evitar a eventual projeção do conflito Leste-Oeste na parte norte da América do Sul, eliminar as desigualdades regionais, através do fortalecimento das expressões do Poder Nacional na região, promover o povoamento da faixa de fronteira escassamente povoada, favorecendo a atuação privada e governamental na região e combater o contrabando e o narcotráfico na região.

Com esses objetivos, elaborados em 1985, as Forças Armadas promovem, assim, uma verdadeira militarização do espaço regional, na medida em que abrangem setores diversos e não propriamente militares como a economia, a questão indígena, a diplomacia etc. Nesse sentido, o Projeto Calha Norte surge como mais um programa militar orientado pelo binômio "segurança e desenvolvimento", com objetivos traçados a partir de uma concepção de "guerra total" por parte das Forças Armadas, onde todos os interesses regionais, sejam os dos governos estaduais, os da iniciativa privada, dos índios, posseiros, garimpeiros, agricultores etc., são subordinados instrumentalmente a essa concepção.

A nosso ver, o referido projeto foi criado inclusive, para reforçar o papel tutelar das Forças Armadas, expressando a fragilidade da chamada transição democrática e a não institucionalização da democracia. Isso se revela novamente hoje, quando o PCN com o seu prazo de conclusão previsto para

1990 é, por assim dizer, revitalizado, desta vez, com o aval intelectual da ESG, a qual elabora a sua justificação política e ideológica através de instrumentos teóricos mais sofisticados do que os contidos no Projeto original.

A maior parte dos objetivos do PCN não foram alcançados. Apenas a ocupação militar das fronteiras tem sido, com dificuldades, obtida até agora. A criação de núcleos populacionais para ocupar as fronteiras não ocorreu até hoje. Houve apenas a instalação de novos pelotões militares, contando inclusive com a inclusão de índios no serviço militar.

Segundo o Secretário do Meio-Ambiente, José Lutzemberg, "Collor quer retirar as características militares e desenvolvimentistas do PCN e torná-lo num esquema de proteção de fronteiras, florestas e rios"⁹. Apesar das intenções expressas, não temos, até a presente data, informações sobre quaisquer alterações na essência do Plano que nos permitam avaliar a efetividade e o conteúdo real de tais promessas. Porém alguns pontos valem ser mencionados: em primeiro lugar, que o caráter autoritário do Estado prevalece, não sendo levado o Projeto à consulta e discussão das organizações da sociedade civil. Ele tem mantido, pelo governo, o seu caráter sigiloso. Em segundo lugar, a retomada do PCN pelo governo indica um processo de personalização do poder, retirando o caráter imperial da organização militar e transportando-o para a pessoa do Presidente, reforçando assim o autoritarismo estatal.

Quanto às formulações ideológicas da ESG voltadas para a Amazônia e nas quais se inclui o PCN, estas estão consolidadas em um estudo intitulado

⁹ O DIÁRIO DO PARÁ, Belém, 30 mar. 1990.

"Estrutura do Poder Nacional para o ano 2001".

O trabalho é calcado na Doutrina de Segurança Nacional (DSN), não a abandonando mesmo em decorrência dos acontecimentos políticos internos e externos ocorridos no período. Escrito meses antes das mudanças no Leste europeu e das eleições presidenciais no Brasil, apesar de considerá-los importantes, ressalva que:

"É evidente que estes fatos exigiriam ajustes em alguns pontos das conclusões oferecidas, julgamos, porém, não ser necessária, nem conveniente essa atualização, eis que em suas grandes e fundamentais linhas nada há a alterar" (ESG, 1990, p. 3 - grifos nossos).

Ou seja, os fundamentos fornecidos pela DSN são mantidos intocados no documento que, para a Amazônia, estabelece como objetivo principal a "integração do espaço amazônico ao núcleo do Poder Nacional do Brasil" (ESG, 1990, p. 151).

Desejamos fazer algumas considerações de como esse trabalho da ESG se apresenta para nós, ressaltando os seguintes pontos:

1. Há uma **visão elitista do processo político**, pois, apesar de colocar o documento "à disposição dos brasileiros de boa vontade e índole democrática que se preocupam com os problemas que afetam a Nação" (ESG, 1990), exclui do diálogo os demais segmentos interessados na questão como indigenistas, membros da Igreja, antropólogos etc., na medida em que os classifica como ôbices (ou seja, inimigos) ao atingimento dos objetivos para a região.

Sob essa ótica, atribui aos governantes a responsabilidade pelas decisões:

"não só por ser ela inerente à autoridade de que estão revestidos, mas também porque, no mais das vezes, tais condições envolvem avaliações de poder e dimensionamento de ôbices que o povo não está habilitado a realizar"

(ESG, 1990, p. 18 - grifos nossos).

Decorrente dessa visão, destaca-se uma concepção hegeliana de burocracia como representante dos interesses universais da sociedade, acima dos interesses de classe, **et pour cause**, capaz de identificar os interesses da Nação:

"O governo, inclusive nos seus mais altos escalões, é composto de servidores públicos, vale dizer, de **servidores do público**. Portanto, os ocupantes de tais cargos devem ter em mente que não é sua competência ditar rumos para a Nação, mas sim, empregar o melhor de sua capacidade para **identificar** os caminhos mais adequados e eficazes para atender o que a Nação deseja". (ESG, 1990, p. 18 - grifos nossos).

Essa postura elitista nos remete a COMBLIN (1980) que destaca muito bem ser essa "intuição" das elites para detectar os desejos da Nação, uma utopia onde elas crêem - e entre elas os militares - ter "o dom de conhecer antecipadamente o curso da História, o destino da Nação e, conseqüentemente, ver os objetivos que se impõem". (COMBLIN, 1980, p. 233).

2. Apropriação militar do espaço amazônico em que todos os problemas da região são transformados em assuntos de guerra e onde aqueles fatores, pessoas e organizações que ameacem o atingimento dos objetivos para a região são classificados como "ôbices". Estes dividem-se em "fatores adversos" (aqueles "destituídos de sentido contestatório") e "antagonismo", em que há manifestação de "atitude deliberada e contestatória" para impedir a consecução ou manutenção dos Objetivos Nacionais.

Entre as antagonismos presentes contra o projeto militar para a Amazônia estão classificados, ao lado do contrabando e do narcotráfico:

a) "governo próprio em áreas indígenas - esta

é uma permanente tentativa externa de internacionalizar partes da Amazônia, a começar pelos enclaves indígenas utilizados pelas Organizações Não Governamentais (ONG) como ponta de lança na discussão das questões da Amazônia, certamente com, no mínimo, complacência dos governos onde estão as sedes destas organizações, geralmente em **países centrais ou quase centrais da região ideológico - patrimonial dos Estados Unidos da América, Europa e Japão**. Há um certo apoio da **mídia nacional** e uma parte da **área artística e intelectual nacional**, assim com o de setores da **Igreja e empresas multinacionais** aos pleitos gerenciais dessas ONG o que, no mínimo, é muito útil para fortificar o ôbice e nocivo ao interesse brasileiro". (ESG, 1990, p. 183 - grifos nossos)

Os novos inimigos envolvem, desta feita, os países desenvolvidos através de suas organizações privadas, ecologistas, empresas etc., onde, como já nos referimos anteriormente, a busca do inimigo dilui as diferenças entre política externa e interna. Hoje, entretanto, os inimigos não se limitam aos grupos de esquerda. O comunismo perde o seu conteúdo unificador dos níveis interno e externo da política. Agora, o inimigo central, no caso da Amazônia, é aquele que "veste várias peles de cordeiro para disfarçar intenções lupinas, seja através de projetos internacionalizantes, seja através de pesquisas institucionais, seja através da ação das ONG, da Igreja, de empresas multinacionais e de ecologistas" (ESG, 1990, p. 159).

b) **ativismo preservacionista**, envolvendo "vários setores e indivíduos da sociedade nacional e internacional, a partir de movimentos ecológicos e ao lado do contrabando e preservacionistas internacionais" (ESG, 1990, p. 183). É destacado no docu-

mento que a exacerbação dessa pressão pode transformar a rapidamente em "pressão dominante".

As "pressões dominantes" são definidas como "antagonismos que, por sua importância e natureza, constituem ameaça ponderável à conquista e manutenção dos Objetivos Nacionais Permanentes" (ESG, 1990, p. 181). Para superar as "pressões dominantes, o Estado pode chegar ao recurso extremo da guerra". Como pressões dominantes são identificados os seguintes:

a) **"Desnacionalização do brasileiro - (...)** Há um movimento internacional difuso, que não se pode, aprioristicamente, atribuir à orquestração ou conspiração dos países já desenvolvidos mas que produz efeito como se fosse daquele modo, sobre a idéia de internacionalização da Amazônia, a começar pela criação de áreas onde os seus habitantes atuais deixassem de ser submetidos ao controle e ação do Estado brasileiro". (ESG, 1990, p. 184)

b) **"Preservação radical da cultura indígena (...)** via de antropologia aplicada, onde se pretende que o interesse internacional prevaleça sobre os Objetivos Nacionais permanentes de integração, soberania e progresso". (ESG, 1990, p. 184 - grifos nos sos)

Ambos os fatores, classificados como pressões no documento, admitem o recurso à guerra para sua superação e destacam as seguintes estratégias a serem adotadas para combatê-los:

- "perserverar no Programa Especial Calha Norte (...);
- apoiar, a nível micro-regional, o turismo e a atividade empresarial do homem-ele-mesmo (...);

- demonstrar à comunidade internacional a vontade de expandir a soberania em todos os rincões da Amazônia brasileira (...);
- **impedir quaisquer isolamentos raciais ou étnicos**, tendo em conta que o Brasil é um país de povo miscigenado, todavia sem destruir os verdadeiros valores indígenas;
- dialogar, a nível governamental, com as **Organizações Não Governamentais (...)**, estabelecendo, também de modo permanente, um fórum, **sob controle do Governo**, para as ONG debaterem a Amazônia" (ESG, 1990, p. 187 a 190 - grifos nossos).

Observa-se, assim, a necessidade que têm os militares de impor o seu controle sobre o debate que se trava em torno da região amazônica. Destaca-se, em todas as propostas, a presença de um nacionalismo xenófobo contra as idéias de intocabilidade da Amazônia. Provavelmente e leitura dos discursos ecológicos, como fomentadores desta intocabilidade, tenha por objetivo justificar ações militares radicais na área. É discutível até que ponto as organizações que defendem os ianomamis e outras nações indígenas, que lutam contra as queimadas e destruição da floresta, são adeptas da intocabilidade da Amazônia.

3. Quanto ao nacionalismo, não se identifica hoje, na organização militar, clivagens internas mais nítidas com respeito à questão nacional. Parece haver consenso quanto ao discurso nacionalista entre os militares. Mas hoje, se o discurso, em relação ao da década de 50, é semelhante, em termos de xenofobia, as intensões parecem ser diferentes, ocorrendo uma estreita aliança entre interesses de mineradoras e de grupos militares¹⁰.

¹⁰ O LIBERAL. Belém, 15 jan. 1990.

Entretanto, no que se refere à essência, o discurso atual equivale ao da década de 50, da campanha "O Petróleo é Nosso". Hoje, como naquela época, o nacionalismo militar se configura naquilo que LA-MOUNIER (1985) denominou de "ideologia de Estado", ou seja, um sistema ideológico orientado no sentido de legitimar sua autoridade como princípio tutelar da sociedade.

A ideologia nacionalista atual, tanto quanto a passada, nasce **dentro do Estado** e seu caráter xenófobo que oculta a defesa de grupos empresariais internos e externos é um claro exemplo de preservação da estrutura patrimonial, onde o governo distribui prebendas aos eleitos, como exemplifica a proposta do CSN na época de Sarney, de demarcar as terras indígenas, deixando claro onde fosse permitida a atividade econômica em áreas onde sabidamente há riquezas incalculáveis, em termos de minérios.

O nacionalismo atual, como o da década de 50, equivale a uma reação, à limitação da soberania do Estado patrimonial-burocrático diante das forças capitalistas internacionais, que busca, assim, reforçar o seu poder através da apologia as suas categorias, em especial, a do militar.

A retomada do Projeto Calha Norte e a elaboração de uma proposta para a Amazônia corresponde à luta da ESG para reconquistar o espaço perdido de locus privilegiado de produção ideológica que teve durante o regime militar. Entretanto, a modernização pretendida nas propostas contidas no documento "Estrutura do Poder Nacional para o ano 2001", se perde na medida em que a DSN envolve ideologicamente o trabalho, a ponto de não ter sido apresentada qualquer revisão após os acontecimentos no Brasil e Leste europeu, como se a Doutrina superasse e estivesse acima desses fatos tão importantes do ponto

de vista geopolítico, estratégico, organizacional e político para os militares da América Latina.

O dilema das Forças Armadas, hoje, está entre acompanhar as mudanças no mundo e reestruturar-se ideológica e organizacionalmente ou estamentalizar-se ainda mais, reforçando seu caráter intervencionista a um custo político-organizacional elevado.

5 CONCLUSÃO

Falar-se hoje no papel político das Forças Armadas no Brasil, exige que se analise os objetivos traçados pela organização para o país e se tais objetivos são, como atualmente, forjados nos moldes da Doutrina de Segurança Nacional. Sendo assim, cabe a todos que tenhamos cautela com afirmações do tipo "os militares regressaram aos quartéis". Enquanto gerações de militares continuarem a ser formadas dentro dos cânones da Doutrina e o patrimonialismo burocrático dominar práticas e estruturas políticas, não será possível falar em institucionalização da democracia no país e muito menos em extinção da capacidade dos militares intervirem na política.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Profa. Edna Ramos de Castro pela cessão do documento da Escola Superior de Guerra - ESG, "Estrutura do Poder Nacional para o ano 2001".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Kátia M.M. O Projeto Calha Norte e o papel político das Forças Armadas na Nova República. Belém: 1988. Trab. apres. no Seminário Amazonia: a fronteira agrícola 20 anos depois, promovido pelo CNPq/Museu Paraense Emílio Goeldi. mimeo.

. O Clube Militar: atuação política. (1950 - 1956) São Paulo: 1988. 157p. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

CASTRO, Edna M.R. O Calha Norte e as Mineradoras na Amazônia. Belém: NAEA/UFPA. 1987. mimeo.

CAVAGNARI, Geraldo Lesbat. A construção da hegemonia civil. In: RELATÓRIO reservado especial. São Paulo: Margem Editora, 1986.

COELHO, Edmundo C. A Constituinte e o papel político das Forças Armadas. Política e Estratégia, São Paulo: convívio, v.3, n.3, jul/set. 1985.

COMBLIN, Joseph. A ideologia da segurança nacional. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DE GÓES, Walder. Militares e Política, uma estratégia para a democracia. In: **REIS, Fábio W., O'DONNELL, G (Org.),** A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas. São Paulo: Vértice, 1988.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG). Estrutura do Poder Nacional para o ano 2001. Rio de Janeiro: 1990.

FAORO, Raímundo. Os Donos do Poder. Porto Alegre: Globo, 1979.

FERREIRA, Oliveiros S. A teoria da coisa nossa. São Paulo: GRD, 1986.

GÓES MONTEIRO, Pedro A. A revolução 30 e a finalidade política do Exército. Rio de Janeiro: Andersen Ed. SD.

LAMOUNIER, Bolívar. A formação do pensamento político autoritário na Primeira República. In: **FAUSTO, Boris (Dir.),** O Brasil republicano. São Paulo: Difel, 1985.

PEIXOTO, Antonio Carlos. Le Club Militaire et les affrontements au sein des Forces Armées, 1945-1964. In: **ROUQUIE, Alain (Dir.)** Les partis militaires au Brésil. Paris: Presses de la Fondation nationale de Sciences Politiques, 1980.

SAES, Décio. Industrialização, populismo e classe média no Brasil. Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da

Unicamp. São Paulo, n. 6, 1986.

STEPAN, Alfred. Os militares na política. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.